

## BREVE HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO E O SURGIMENTO DAS NOVAS CONCEPÇÕES

Elaine Gaiva Leal<sup>1</sup>

Maria Cristina Pinheiro da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo abordo um breve percurso sobre o surgimento do termo “alfabetização”. Inicialmente trago concepções de alguns autores que definem a alfabetização e seus processos. No segundo momento situo a alfabetização na história, relatando desde os primeiros indícios do surgimento da alfabetização na antiguidade até os dias atuais. Finalizo abordando sobre os programas criados para erradicação do analfabetismo no Brasil nas series iniciais apresentando seus objetivos, quais métodos oferecidos contribuem no processo de aprendizagem, enfatizando os suportes oferecidos aos professores para que eles consigam atender os desafios lançados por esses programas.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Alfabetização. Analfabetismo.

**ABSTRACT:** In this article I cover a brief overview of the emergence of the term “literacy”. Initially, I bring concepts from some authors who define literacy and its processes. In the second moment I place literacy in history, reporting from the first signs of the emergence of literacy in antiquity to the present day. I conclude by discussing the programs created to eradicate illiteracy in Brazil in the initial grades, presenting their objectives, which methods offered contribute to the learning process, emphasizing the support offered to teachers so that they can meet the challenges posed by these programs.

1608

**Keywords:** Learning. Literacy. Illiteracy.

### 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a autora Magda Soares, a palavra alfabetização é de uso comum e frequente, não só no léxico específico de profissionais do ensino e da Educação, mas também no léxico de todos os indivíduos, alfabetizados ou não, de uma sociedade letrada. Entre estes últimos, há em geral concordância quanto ao conceito que a palavra alfabetização nomeia: pergunte-se a qualquer pessoa o que é alfabetização, e a resposta dificilmente será outra que não a de que alfabetização é “o processo de ensinar a ler e a escrever”. (2004).

Quando os pais levam a criança para iniciar os estudos, espera se que ela seja alfabetizada ao frequentar os anos iniciais do ensino fundamental. Mas isso não

<sup>1</sup>Licenciatura plena em Pedagogia; e Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional.

<sup>2</sup>Licenciatura plena em Pedagogia; e Especialista em Psicopedagogia.

depende exclusivamente de sua idade, existem alguns fatores importantes, que determinam a rapidez e a facilidade com que ela desenvolva a leitura e a escrita, podendo ser alguns desses exemplos: a sua autoestima, estímulo familiar, do professor, os procedimentos didáticos e outros fatores que, no desenvolvimento do nosso trabalho, serão ressaltados.

Crianças que iniciam a vida escolar desde a educação infantil, podem ter mais facilidade para ser alfabetizada, por que dentro da educação infantil elas são preparadas através de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras para que possam compreender facilmente o processo de alfabetização.

## 2- DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Concepções de Alfabetização

Sabemos que a alfabetização é um momento essencial de toda vida escolar de um aluno, e do professor. Para iniciarmos falando sobre este processo que é a alfabetização, precisamos apontar alguns conceitos. De acordo com Soares (2003), até a década de 80, os profissionais da educação e leigos, tinham um consenso de que a “Alfabetização, sabiam todos, definia-se como o processo de ensinar e/ou aprender a ler e escrever, alfabetizado era aquele que aprendera a ler e escrever” (p 10).

Nota-se que esse consenso perdurou por muito tempo. De acordo com Leite (2001, apud POPOVIC, 1968), o Modelo tradicional era marcado pela questão da prontidão, pois “Acreditava-se que existe um momento ótimo para aprender a ler e escrever, momento este determinado pela maturação neurológica e pelas experiências de vida, falava-se em desenvolver habilidades consideradas pré-requisitos para a alfabetização” (p.23).

Através destes escritos dos autores citados acima, podemos dizer que após muito tempo, com surgimento das instituições de ensino, houve-se a necessidade de pesquisar sobre a alfabetização, a partir disto apareceram vários conceitos. Na atualidade estudiosa e pesquisadores conceituam a Alfabetização de várias maneiras.

Segundo Peres (1992, p. 66):

A alfabetização é um processo que ainda que se inicie formalmente na escola, começa, de fato, antes de a criança chegar à escola através das diversas leituras que vai fazendo do mundo que a cerca, desde o momento em que nasce e, apesar de se consolidar nas quatro primeiras séries, continua pela vida a fora. Este processo continua apesar da escola, fora da escola, paralelamente à escola. A criança vai construindo conhecimentos

sobre o mundo em que vive. Nesse processo a construção está inserida a escrita, como um objeto cultural socialmente construído.

Nesta perspectiva, a alfabetização não é um momento estagne, que ocorre em um determinado período da vida escolar do educando, ela é um processo que acontece antes, durante e depois da vida escolar. Para Soares (1998, 2004), a alfabetização é um processo de aprendizagem de habilidades que são necessárias para os atos de ler e escrever. Ou seja, alfabetização não é somente saber ler e escrever, mas sim, saber entender tudo o que nos cercam. Segundo Carvalho (2005), Emília Ferreiro e seus colaboradores (1985; 1986a; 1986b, 1987; 1992), baseados no Construtivismo de Jean Piaget:

[...] forneceram uma base teórica para compreensão da maneira pela qual os alunos aprendem a língua escrita (psicogênese da língua escrita), mas de não propuseram nenhuma recomendação metodológica, deixando este assunto a cargo da didática da alfabetização. Desse modo, professores tiveram que se familiarizar com os fundamentos teóricos do construtivismo, e ao mesmo tempo tentar torna-los vivos e uteis para pratica (p.17).

Percebe-se que, nas últimas décadas, ouve-se uma mudança revolucionaria na área da alfabetização, pois é possível ver a presença marcante de um modelo tradicional de alfabetização, em contrastes com as concepções atuais, que podem ser representadas, pelas propostas reveladas nos Parâmetros curriculares nacionais de Língua Portuguesa (MEC, 1997, p. 20):

1610

Os esforços pioneiros de transformação da alfabetização escolar consolidaram-se, ao longo de uma década, em práticas de ensino que têm como ponto tanto de partida quanto de chegada o uso da linguagem. Práticas que partem do uso possível aos alunos e pretendem provê-los de oportunidades de conquistarem o uso desejável e eficaz. Em que a razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio. Em que a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a expressão e a comunicação por meio de textos e não a avaliação da correção do produto. Em que as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensarem sobre a linguagem para poderem compreendê-la e utilizá-la adequadamente.

Mas para isso acontecer, é necessário que o profissional de educação, esteja sempre buscando formação, instruções, ou seja, estar atualizado, para ensinar os processos de leitura e escrita, enfocando a (de) codificação de letras, sons, sílabas, palavras e textos de forma que não seja mecanizada e dissociada da realidade dos educandos. De acordo com Freire:

O ensino deve sempre respeitar os diferentes níveis de conhecimento que o aluno traz consigo à escola. Tais conhecimentos exprimem o que poderíamos chamar de a identidade cultural do aluno ligada, evidentemente, ao conceito sociológico de classe. O educador deve considerar essa “leitura do mundo” inicial que o aluno traz consigo, ou

melhor, em si. Ele forjou-a no contexto de seu lar, de seu bairro, de sua cidade, marcando-a fortemente com sua origem social (FREIRE, 1991, p. 5).

Desse modo, o professor alfabetizador deve levar em consideração todo conhecimento que o aluno já possui, pois as experiências vividas no meio familiar, podem contribuir para que o aluno se devolva, mas rápido. Neste sentido, entendemos de acordo com Ferreiro (1991), que a alfabetização é um processo de construção do conhecimento, desencadeado entre a interação do aluno com o objeto de conhecimento, pois o autor enfatiza:

Tradicionalmente, a alfabetização inicial é considerada em função da relação entre o método utilizado e o estado de “maturidade” ou de “prontidão” da criança. Os dois pólos do processo de aprendizagem (quem ensina e quem aprende) têm sido caracterizados sem que leve em conta o terceiro elemento da relação: a natureza do objeto de conhecimento envolvendo *esta aprendizagem* (FERREIRO, 1991, p.9).

Portanto, o planejamento das aulas do educador é um fator muito importante. Para que a alfabetização do aluno seja concreta, o professor deve ter propostas claras sobre o que, quando e como ensinar e avaliar, a fim de possibilitar o planejamento de atividades de ensino para que a aprendizagem aconteça de maneira adequada e coerente com seus objetivos.

1611

## 2.2 Situando a Alfabetização na História

Ao longo do processo de invenção da escrita, incluiu também a invenção de regras de alfabetização, as regras permitiram ao leitor a decifrar o que está escrito e saber como funciona para usá-la adequadamente. Assim, com a invenção da alfabetização permitiu ao leitor decifrar, saber como funciona o sistema de escrita de modo que possa utiliza-lo corretamente. Na antiguidade, de acordo com Cagliari (2009) o aprendizado da leitura era feito a partir da cópia, memorizando e decorando o que foi lido, como ele nos diz abaixo:

Na antiguidade, os alunos alfabetizavam-se aprendendo a ler algo já escrito e depois copiando. Começavam com palavras e depois passavam para texto famosos, que eram estudados exaustivamente. Finalmente, passavam a escrever seus próprios textos. O trabalho de leitura e cópia era o segredo da alfabetização (p. 14).

Nota se que a alfabetização acontecia através de observação, curiosidade, para aprender a lidar com negócios, comércio ou para ler obras religiosas ou acontecimentos culturais. Segundo Cagliari a alfabetização na Idade Media, ocorria menos nas escolas do que na vida privada das pessoas: quem sabia ler ensinava a

quem não sabia, mostrando o valor fonético das letras do alfabeto em determinada língua a forma ortográfica das palavras e a interpretação da forma gráfica das letras e suas variações.

O autor relata que aprender a ler e a escrever não era uma atividade escolar, como na Suméria ou mesmo na Grécia antiga, como as crianças não iam mais a escola, as que podiam eram educadas em casa pelos pais, por alguém da família ou até mesmo por um preceptor contratado para essa tarefa, entendendo-se até a época clássica latina até o século XVI.d.C.

De acordo com Saviani (2008, p. 36) no Brasil a primeira tentativa de alfabetização foi por meio da Igreja Católica, quando da vinda dos padres jesuítas, de forma não institucionalizada, fundaram em 1549, a Companhia de Jesus, que tinha por objetivo converter e catequizar os índios à fé católica, atuando inclusive como parte da Contra-Reforma, já que a Igreja Católica encontrava-se abalada pela Reforma Protestante europeia, instituindo uma concepção tradicional religiosa com fins para a adoração e conversão à fé católica. O ensino jesuítico dirigia o olhar para o entendimento das Sagradas Escrituras e baseava-se na leitura, na escrita e no cálculo.

Segundo Xavier (1994, p. 43) “Ter acesso aos catecismos, livros e cantos religiosos, realizar o complicado cálculo dos dias e das festas religiosas, entender e acompanhar ativamente os ritos e sacramentos era tudo o que se esperava da instrução do gentio”.

1612

Esse ensino foi encomendado pela Coroa Portuguesa e pelo Papado com a missão de incorporar os “selvagens” aos costumes portugueses através da fé Católica. A principal estratégia utilizada para a organização do ensino, tendo em vista o objetivo de atrair os “gentios”, foi agir sobre as crianças. Para isso se mandou vir de Lisboa meninos órfãos, para os quais foi fundado o Colégio dos meninos de Jesus de São Vicente. Pretendia-se pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles, agir sobre seus pais, em especial os caciques, convertendo toda a tribo para a fé católica (SAVIANI, 2008, p. 43).

Saviani (2012) chama a instrução realizada de pedagógico-catequética, onde através das crianças indígenas atingiam seus pais, cativando-os para a fé católica e os costumes portugueses. As atividades que os indígenas praticavam na infância já os transformavam em adultos capazes de exercer as funções estabelecidas na sua própria

cultura. A educação jesuítica, portanto, não escolarizava, uma vez que a formação que os ameríndios outrora possuíam era suficiente para a sua formação.

Porém, economicamente, o ensino jesuítico era benéfico aos colonizadores, visto que “domesticava” os índios, civilizando-os e tornando-os mais fáceis de alhear, pois estavam mais dóceis e poderiam ser aproveitados como mão-de-obra escrava. Essa “domesticação” retirava dos nativos sua cultura de nudez e incesto, substituindo-a pela submissão passiva, obediência, cristandade e reprodução (SAVIANI, 2012, p.??).

Segundo Mortatti (2000) no século XIX, após a proclamação da república, os discursos passaram a ideia de escola como um lugar necessário e essencial para todos. Saber ler e escrever tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social. Com o processo de urbanização o índice de pessoas analfabetas aumentou consideravelmente, levando o governo a criar varias campanhas de alfabetização, o que aumentou o número de crianças e adultos matriculados nas escolas, porém muito pouco foi feito para que o índice de analfabetismo fosse diminuído neste período.

Portanto, de acordo com Mortatti (2000) a leitura e a escrita, que se encontravam para poucas pessoas, tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga, gratuita e objeto de ensino e aprendizado escolarizados. Caracterizando-se como tecnicamente ensináveis, as práticas de leitura e escrita passaram a ser submetidas a ensino organizado, sistemático e intencional, demandando, para isso, a preparação de profissionais especializados, como afirma Mortatti:

Especialmente desde as últimas duas décadas, (do século XX) as vidências que sustentam originariamente essa associação entre escola e alfabetização vêm sendo questionadas, em decorrência das dificuldades de se concretizarem as promessas e os efeitos pretendidos com a ação da escola sobre o cidadão (MORTATTI, 2006, p. 3).

Com objetivo de se erradicar o alto índice de analfabetismo que ainda persiste nos dias atuais, foi criado em 2007, o Decreto n 6.094, de 24/ 4/ 2007 que implementa o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, onde os governos federal, estadual e municipal assumiram o compromisso de alfabetizar todas as crianças até o8 anos de idade ao final do terceiro ano do Ensino Fundamental. Ao assumir este compromisso eles ficam responsáveis por:

- Alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e matemática.
- Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental.
- No caso dos Estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para efetiva implementação.

Para os professores conseguirem atingir as metas do Pacto, o Ministério da Educação disponibiliza recursos, como materiais de referências curriculares e pedagógicas que contribuem na alfabetização e letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores.

Dessa forma, percebe-se que o governo oferece diversos recursos para o alfabetizador realizar o seu trabalho, o que me deixa inquieta e preocupada é que mesmo com um programa específico para a alfabetização, ainda existem alunos que chegam no 3º ano do ensino fundamental, estando devidamente não alfabetizados.

Pietro e Cavalcanti (1997) apontam que hoje no contexto escolar, o aluno quando vai para escola já tem certa familiaridade com o lápis e a caneta, isso quer dizer que a escrita atualmente passa a ser utilizada de forma democrática, não apenas os privilegiados das elites.

1614

### **2.3 Os programas criados para erradicação do analfabetismo no Brasil**

Sabemos que o Brasil, tem em seu histórico um índice muito alto de analfabetismo, cujo principal motivo desse déficit são as questões políticas e sociais. Percebe-se que desde o surgimento do Brasil, sempre houve uma política pública voltada para a erradicação do analfabetismo, mesmo que este seja por interesses capitalistas e pessoais dos governantes pela luta por poder.

Deste modo, Pinto (2007) enfatiza que, a situação econômica da sociedade determina quais são as possibilidades de educação que serão oferecidas a cada um dos seus membros de acordo com a posição ocupada no contexto das relações sociais de produção. Mas, ao mesmo tempo em que a educação sofre forte influência dos problemas sociais e econômicos, a educação representa uma via que pode contribuir para que estes problemas sejam combatidos, conforme vem sendo acordado no plano internacional:

A alfabetização universal é indispensável para o progresso social e econômico. Habilidades de leitura e escrita são mais bem desenvolvidas durante a infância mediante uma educação de qualidade. Poucos são os países que oferecem uma autêntica segunda oportunidade de educação de jovens e adultos. Os países que têm oferecido acesso insuficiente à

educação têm sido incapazes de acabar com o analfabetismo na população adulta. (...) A educação é a principal forma de ajudar as pessoas a saírem da pobreza e impedir que esta condição se transmita de geração em geração (Traduzido) (UNESCO, 2014, p. 5, 16).

Podemos perceber que os últimos governantes que passaram pela presidência do Brasil, procuraram diminuir a estatística de do índice de analfabetismos, investindo em programas de formação para professores os principais foram:

➤ **Profa**

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa) foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2001. Tratava-se de um curso que tinha por objetivo reparar a formação precária dos professores alfabetizadores e suprir a escassez de materiais pedagógicos e de referências teóricas para dar suporte à criação de propostas pedagógicas eficientes. Foi a primeira política pública criada para a alfabetização no Ensino Fundamental

➤ **Pró-Letramento**

O Pró-Letramento foi lançado em 2006 pelo MEC como parte integrante da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, que existe desde 2004. É um programa de formação continuada docente para as séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). O curso é semipresencial e tem foco em leitura, escrita e matemática. Os estados e municípios interessados participam por meio de adesão e a formação é oferecida em parceria com as instituições de Educação Superior participantes. Na seleção de orientadores de estudos do Pnaic, é dada preferência para educadores que sejam tutores do Pró-Letramento.

➤ **Pnaic**

Lançado em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa procura unir municípios, estados e União em torno da meta de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental. Diferentemente do Pró-Letramento, o Pnaic é voltado somente para o ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental) das escolas públicas brasileiras. Apoiar-se em quatro eixos: gestão, avaliação, formação e material didático. É considerada a política pública mais abrangente que o Brasil já teve na área de alfabetização de crianças.

➤ O Pnaic é o programa vigente atualmente, para se erradicar o analfabetismo, este programa segue quatro princípios centrais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico:

✓ O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;



✓ *O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;*

✓ *Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;*

✓ *A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem.*

No estado do Mato Grosso o programa mais recente de alfabetização oferecido, é o **Alfabetiza Mais MT**, onde visa alfabetizar crianças até o segundo ano do ensino fundamental, são ofertados cursos e formações para os docentes, gestão escolar e recebem incentivos de acordo com desempenho das escolas.

E para que esses princípios sejam alcançados, é oferecida aos profissionais uma formação continuada, conduzida por um orientador de estudos. Nesta formação são desenvolvidas ações que contribuam para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização; para os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem das crianças; para o planejamento e avaliação das situações didáticas; para o conhecimento e uso dos materiais distribuídos pelo Ministério da Educação, voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização.

1616

## CONCLUSÃO

Com este estudo sucinto, vê-se que a alfabetização ao longo da história passou por diversos conceitos e formas de se alfabetizar, todos com práticas diferentes porém com mesmo objetivo de possibilitar a criança a alfabetização, que é ler e compreender.

Existem vários métodos de alfabetização nos dias atuais e cada docente tenta aplicá-los de acordo com as necessidades de seus alunos, um método muito usado nos dias atuais para se alfabetizar é o método fônico, onde as crianças iniciam a alfabetização conhecendo os sons das letras. Quanto aos programas oferecidos pelo governo, contribui para que os docentes estejam preparados para alfabetizar.

Sobre a participação das famílias neste momento importante, que é a alfabetização, faz toda diferença oferecer estímulos a realizar as atividades, estarem bem emocionalmente faz com que eles sintam prazer em estudar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. 1º e 2º ciclos: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FERREIRO, Emília. **Com todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_, Emília. **Com todas as letras**. Editora Cortez. São Paulo. 1993.

\_\_\_\_\_, **Reflexões sobre alfabetização**. Editora Cortez. São Paulo. 1991.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2006.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 67 à 101.

\_\_\_\_\_, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008. 473p.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004

\_\_\_\_\_, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, CEALE/Autêntica, 1998.